

ATA SEI



SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA

A Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, [Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo [Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997](#). O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca, foi criado pelo [Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005](#), com função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, [Decreto nº 31.936, de 11 de junho de 2018](#), e por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), aprovado pelo [Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013](#).

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizada no dia 13/04/2021.

No décimo terceiro dia do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, às dezenove horas e dois minutos, superado o quórum regimental para início das atividades do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca em sessão plenária virtual por meio da plataforma GoogleMeet. [Estiveram Presentes](#) os [Conselheiros\(as\) - mandato 2018-2020](#) (mandato prorrogado conforme Lei Complementar nº 577/2020): Marli Sacavem, da AMEM; Marnio Luiz Pereira, da SEPROT; Newton Wilson Rodrigues, da SEPROT; Vitor Oliveira, da Sub Pirabeiraba; Dione Nery Cavalcanti, da EPAGRI; Gabriel Klein Wolfart, do SINDIPEDRAS; Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga; Marianne Hugen Salomone, do ISARP; José Mario Gomes Ribeiro, do CCJ; Manoel Luiz Vicente, da APROAGUA; Ademir Sgrott, da AJM; Marieli Kapfenberger, da SAS; Felipe Romer Batista, da SEHAB; Emerson Candido Feitosa, da Polícia Militar Ambiental; Alcides Bergmann, da AJAQ; Daiane Paul, da CAJ; Marcos Alexandre Polzin, da SEPUD; Marco Aurelio Chianello, da SEPUD; Jonas de Medeiros, da ROTARY; Josimar Neumann, da SAMA; Luiz Tourino, da SAMA; Juliana Kammer, da ACR; Marta Beatriz Maccarini, do IMA; Valdeci Moraes, do ISARP; Luciano Muller, da AJM. Estiveram presentes também: Virginia Torrens, da SAMA; Thallan Rocha, da SAMA; Patricia Karnopp, da CAJ; Karina Hubener Fischer, ouvinte; e Schirlene Chegatti, da SAMA - Presidente do Conselho Gestor. A reunião teve como pauta: **1) Aprovação Ata Reunião 09/02/2021; 2) Proposta de**

Cronograma das reuniões; **3)** Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca, por SAMA; **4)** Apresentação IQA, por CAJ; e **5)** Palavra Livre. A Presidente do Conselho Gestor cumprimenta todos os conselheiros e dá início a reunião. **Primeiro item** de pauta, pela aprovação da Ata de reunião do dia 09/02/2021. O Conselheiro Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga, solicitou a palavra para realizar apontamentos desta ata de registro da reunião anterior, expondo que foi solicitada a realização de reuniões mensais do Conselho Gestor da APA por este Conselheiro, contudo não ficou clara a origem dessa sugestão, portanto gostaria que fosse incluído o nome do representante da AEA Babitonga como solicitante. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM, evidencia que foi solicitado na reunião anterior a apresentação de informações sobre os empreendimentos instalados no perímetro da APA, esta solicitação ficou registrada sem data definida para acontecer, mas considerou que seria importante haver um cronograma para a solicitação não ficar de lado, como muitos outros requerimentos feitos no passado. A Presidente do Conselho expõe ser importante ter em mente que a aprovação da ata não está condicionada à pauta da reunião posterior, visto que a ata reflete o registro da reunião anterior e não a execução de solicitações que venham a ser recepcionadas. De todo modo, avalia que na ata desta reunião deverá constar que será feito um levantamento dos empreendimentos implantados na região APA nos últimos dois anos. Ademir complementa que seja obtida essa informação referente aos últimos dois anos, apontando que foram aprovados empreendimentos na região sem o acompanhamento e aprovação do Conselho Gestor, entende que o Conselho Gestor é soberano sobre este tema. A Conselheira Marli Sacavem, da AMEM, avalia que os Conselheiros não estão recusando a ata como foi redigida, mas se preocupam com a falta de retorno das solicitações feitas no passado. A Presidente do Conselho ressalta que neste momento está se realizando a aprovação da ata de registro e que, para otimizar o tempo e poder cumprir os demais itens, precisa que os Conselheiros sigam a pauta como está predefinida. Quanto a solicitação do Conselheiro Anselmo, visto se tratar especificamente do registro em ata, se volta para o registro da reunião anterior e realiza a leitura da solicitação referenciada. "A Presidente do Conselho expõe ter recebido esta demanda e avalia que o assunto necessita de resolução, portanto afirma que se debruçará sobre o tema, também concorda com os comentários de que os problemas precisam ser resolvidos um por vez, com enfoque, acreditando que o ideal seria a realização de mais reuniões extraordinárias ou até mesmo o debate dos temas em Câmaras Técnicas conforme necessidade". Em seguida questiona ao Conselheiro qual é a complementação proposta. Segundo o Conselheiro Anselmo, faltou inserir no registro que esta demanda foi realizada pela Associação dos Engenheiros Agrônomos da Babitonga. A Presidente do Conselho faz nova leitura da frase acrescentando "reforça que a demanda de mais reuniões surgiu de uma sugestão da AEA Babitonga". Sendo consultado, o Conselheiro Anselmo concorda com a alteração. A Presidente do Conselho abre espaço para demais solicitações de alteração da ata em pauta. O Conselheiro Manoel Vicente, da APROAGUA, diz concordar com o Conselheiro Ademir no sentido de que existem três pontos elencados na ata a serem atendidos na próxima reunião, são estes o desassoreamento, os empreendimentos implantados e o pórtico do Quiriri, portanto questiona se algum desses assuntos foi resolvido. A Presidente do Conselho volta a explicar que a discussão sobre as solicitações poderão ser realizadas posteriormente, sendo que agora o tempo está reservado para definição do registro de ata. O Conselheiro Manoel afirma que a APROAGUA se nega a aprovar a ata se estes assuntos não forem resolvidos. A Presidente aponta que a relação do registro de reunião e as demandas geradas em reunião não se correlacionam na aprovação da ata, que é um procedimento puramente administrativo, portanto pede que os membros do Conselho Gestor se atentem especificamente a avaliar o registro de reunião, não o resultado de seu conteúdo. O Conselheiro mantém seu posicionamento. Colocada a ata de reunião do dia 09/02/2021 para aprovação, contando com a alteração proposta pelo representante da AEA Babitonga, restou aprovada por maioria de votos, contando com um voto negativo da APROAGUA. Seguindo para o **item 2** da pauta, da Proposta de Cronograma das Reuniões. Foi cedida a palavra para a Secretária Executiva do Conselho, Virgínia Torrens, que se volta para a requisição por maior frequência de reuniões do Conselho e informa que ficou decidido por reuniões mensais, portanto será enviado um calendário de reuniões mensais aos Conselheiros. Virgínia já adianta que as reuniões ocorrerão preferencialmente na segunda terça-feira do mês, como atualmente é feito com as reuniões ordinárias. A Presidente do Conselho salientou que pautas específicas também podem ser discutidas e resolvidas por meio de Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas que inclusive podem realizar seus trabalhos com maior frequência de reunião, portanto havendo a necessidade e oportunidade esses grupos podem ser formados para estudar um tema e trazer sua avaliação à plenária. No **item 3** da pauta, voltada para o Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca, a Presidente do Conselho explica que deve ser discutido um pouco sobre as prioridades para compreender melhor qual é o enfoque dos Conselheiros na efetivação do Plano de Manejo. Para esta discussão foi convidado Josimar Neumann, da SAMA, para realizar uma apresentação do que está disponível e o que está em andamento para que seja feita uma discussão sobre o encaminhamento a ser dado.

O Conselheiro Josimar agradece pela oportunidade e comenta que a discussão foi separada em duas fases, primeiramente será atendida uma demanda interna que surgiu logo após a última reunião do Conselho que trata especificamente sobre a regularização ambiental dos cemitérios, em seguida a apresentação se voltará para o Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca e as ações que vêm sendo executadas. Assim definido, passa a realizar a apresentação conforme anexo SEI (8915780). Finalizada a primeira parte da apresentação, tratando da possibilidade do Conselho Gestor emitir uma Resolução para regular a operação dos cemitérios já implantados na APA, Josimar cedeu espaço para a Presidente ter a palavra. A Presidente do Conselho diz que está aberta às propostas e opiniões dos Conselheiros, tratando da proposta de possibilitar a regulação dos cemitérios inseridos na APA, desde que exigida a regularização do licenciamento ambiental. O Conselheiro Anselmo se manifesta comentando que já existem dois processos de regularização de cemitérios, pela igreja católica, que há mais de quatro anos aguarda um posicionamento, citando o Cemitério do Quiriri e o Cemitério do São José. Adicionalmente comenta ter sido informado que a igreja luterana também está procurando fazer o mesmo procedimento. De todo modo concorda se tratar de uma discussão importante e urgente, verificando que já se passou muito tempo desde o início daquele processo e que vale a pena conversar sobre isto assim que possível. A Conselheira Marta Beatriz Maccarini questiona se existe uma Câmara Técnica criada para trabalhar o tema, em não havendo propõe que seja criada para que o tema seja esclarecido e estudado, principalmente se considerando criar novas definições no Plano de Manejo, portanto quer saber qual a proposta para elaborar essa Resolução. A Presidente do Conselho explica que se pretende focar em três artigos como foi apresentado, embasado em Resolução do CONSEMA que permite essa ampliação se considerando os rigores da Resolução CONAMA. Ademais a Presidente aponta outro fato importante, de que o impedimento pela criação de novos cemitérios fortaleceria a proteção ambiental da região, então este é outro momento importante da discussão a ser avaliado neste Conselho. O Conselheiro Anselmo complementa que precisa ficar definido o modo permitido de sepultamento, se seriam gavetas, incinerados ou o modelo tradicional. A Presidente explica que essas Resoluções não criam limitações neste sentido, deixando em aberto a decisão dos procedimentos técnicos-culturais de sepultamento, estas normas se limitam a informar. A Conselheira Marta verifica que os regramentos já estão devidamente estabelecidos, portanto parece bem simples trabalhar o tema, sendo assim sugere que a SAMA traga uma minuta de Resolução para ser debatido por um grupo de trabalho. A Presidente do Conselho solicita que os interessados se voluntariem para participar. Se manifestaram de antemão os representantes das entidades AEA Babitonga e IMA. Aos demais foi concedido espaço para se inscreverem posteriormente. A Conselheira Marli comenta que deve ser considerado que a abertura de novos cemitérios está fora de questão, quanto às que já existem devem ser estudados os critérios de ampliação, isso porque se tratam de cemitérios privados centenários de comunidade e que não podem receber os mesmos critérios da zona urbana na região da APA, concordando com Anselmo sobre definir o método de sepultamento de forma a impedir riscos aos lençóis freáticos. Segundo a Conselheira esses critérios devem ser rígidos e bem alinhados com as restrições ambientais desta região, bem como com os valores paisagísticos e culturais avaliando que alguns desses cemitérios estão próximos de serem considerados patrimônio histórico. Para esta visão a Conselheira julga importante que algum representantes dessas comunidades e igrejas participasse dessa comissão. A Presidente do Conselho concorda com a colocação da Conselheira e afirma que a legislação para este tipo de ampliação é bastante restritiva, ocorrendo por vezes até mesmo desistência por alguns solicitantes, mas na questão da APA seria notável a proteção ambiental neste sentido, por isso a importância da participação dos representantes locais neste grupo de trabalho. Ficou decidido então que a SAMA entraria em contato pelo grupo de Whatsapp do Conselho Gestor para anunciar datas de realização das reuniões com o fim de dar andamento a estes trabalhos. O Conselheiro Manoel confirma fazerem cinco anos que esta questão dos cemitérios é intensamente debatida, comenta que esteve em reuniões tanto na Câmara de Vereadores de Joinville quanto com o ex-prefeito Udo Dohler, naquela época foi feito um acordo com o COMDEMA de que haviam novas regras e foram atendidas, mas a discussão causa certa estranheza, isso porque se pensava que a questão já havia sido solucionada. Manoel conta que soube de sondas enviadas a alguns cemitérios para perfurar o solo e encontrar um possível impacto nos lençóis freáticos e nada foi constatado, portanto ficou considerado que a questão já estava solucionada, inclusive três cemitérios a montante da captação, o Quiriri, São José e os Luteranos, já possuem documentação comprovando entrada no processo de licenciamento. Te todo modo se disponibiliza para participar deste grupo de trabalho para contribuir no desenvolvimento desta Resolução. A Presidente do Conselho agradece a disposição dos Conselheiros em promover o desenvolvimento dessa discussão, em seguida devolve a palavra para o Conselheiro Josimar para iniciar a segunda fase da apresentação. Josimar dá continuidade a apresentação seguindo o anexo SEI (8915780). A Presidente do Conselho agradece Josimar pela apresentação e concede a palavra para os componentes da plenária comentar, sugerir ou questionar o que foi abordado. O Conselheiro

Felipe Romer Batista, da SEHAB, agradece a oportunidade e faz breve menção da importância de uma futura discussão sobre a regularização fundiária na APA que, apesar de nova legislação a partir de 2017, vem sendo ameaçadas pela prática de desmembramentos e parcelamento de solo irregulares. Comenta que não observou a abordagem deste tema nesta apresentação sobre o Plano de Manejo, mas acredita que deveria ser incluído e discutido. A Presidente do Conselho agradece a sugestão e acredita que merece inclusive uma pauta exclusiva ou grupo de trabalho exclusivo, contando com a participação da Secretaria de Habitação e da Secretaria de Proteção Civil, com o objetivo de impedir novas invasões. O Conselheiro Felipe agradece a abertura dada para esta discussão e reforça que este é um trabalho que deve ser tratado de imediato. A Presidente do Conselho sugere que este tema seja inserido como pauta da próxima reunião. A Conselheira Marli confirma a discussão e comenta se tratar de um tema muito importante, inclusive podendo amenizar a questão dos cemitérios no longo prazo, impedindo o aumento da demanda por novos cemitérios na APA. Marli vê a demolição de residências, ainda que irregulares, com desgosto, mas avalia ser a solução para proteger a APA e seus recursos. A Presidente do Conselho comenta já ter conversado com o pessoal da SEPROT sobre isto e solicita o apoio do Conselheiro Márnio Luiz Pereira para participar deste trabalho. O Conselheiro Márnio confirma complementando que irá trocar informações com a chefia da Secretaria de Proteção Civil para consolidar a soma de esforços. Em seguida o Conselheiro recorda ser uma preocupação deste Conselho Gestor e de todos os joinvilenses sobre o transporte de produtor perigosos na Serra Dona Francisca, afirma que a SEPROT vem realizando ações de blitz educativa inclusive no horário da madrugada, contando com o apoio do grupo integrado de emergências ambientais formado pelo IMA, SAMA, Corpo de Bombeiros Voluntários, Corpo de Bombeiro Militar e Polícia Rodoviária Estadual, mas entende que este grupo de emergência ambiental precisa ser fortalecido e resgatado, isto porque a pandemia dificultou o trabalho perene. Dito isto faz um convite para que estas entidades voltem a se reunir mensalmente para dar continuidade ao importante trabalho que vinham desempenhando. A Presidente do Conselho vê de forma positiva, inclusive comentando que as emergências ambientais estão contempladas na apresentação realizada, complementa que a restituição do grupo está no radar para dar continuidade. O Conselheiro Anselmo confirma que a AEA Babitonga apoia a ação contínua de 24 horas para estas ações de prevenção de acidentes, inclusive comenta existir oferta de auxílio para a movimentação de carga perigosa pela APA. Pagando o preço similar ao uso de "Uber" o motorista do caminhão contará com um batedor auxiliando seu trajeto à frente, entende que isto solucionaria diversos casos em que acomete o cansaço do caminhoneiro ou desconhecimento do trajeto na serra. Coloca este item a ser estudado na discussão sobre o transporte de cargas perigosas no trajeto da Serra Dona Francisca, anotando que o pagamento seria feito pelo motorista do caminhão, então a discussão deveria ser apenas no sentido de institucionalizar e normatizar a regularidade deste serviço para que não haja posterior desacordo sobre sua execução. O Conselheiro Manoel se volta para a apresentação do Josimar avaliando a importância sobre o registro da limpeza das fossas, também vê como preocupante que desde 2016 não se acompanha a limpeza de fossa e filtro, verifica que as ações de acompanhamento a implantação devem ser retomadas sendo elas de curto, médio e longo prazo. Avalia que a retomada seria positiva inclusive no que se trata do cumprimento da política ambiental demonstrada junto ao Ministério do Meio Ambiente. A Presidente do Conselho confirma esta demanda estar presente no planejamento estratégico, ressalta inclusive que existem muitas outras ações decorrentes do Plano de Manejo, mas que dentre elas foram mapeadas as prioridades que deverão ser executadas, em seguida as ações prioritárias serão ampliadas conforme se confirme a execução das anteriores. O Conselheiro Manoel verifica que algumas ações realizadas infelizmente não são percebidas na ponta, pelas pessoas, sendo importante familiarizar a população residente de sua efetividade, aponta que algumas ações, como a educação ambiental, não chegou nas escolas. Entende importante haver essa sensibilidade de confirmar se as ações atingiram seu fim e foram recebidas pelos municípios. Além disso confirma que o Plano de Manejo possui mais de oitocentas páginas, tornando impraticável executá-las todas de uma só vez, mas avalia que a definição de prioridades é essencial, questiona se o prazo concedido a estas ações prioritárias estão computadas dentro dos próximos quatro anos. A Presidente do Conselho afirma que o planejamento define ações de longo, médio e curto prazo. Confirma as palavras do Ademir de que o Plano de Manejo é enorme e se torna muito difícil se perder em suas páginas, portanto é importante essa ligação com um Conselho focado em otimizar o Plano de Manejo, bem como receber boas sugestões de como fazer essas ações alcançarem a população residente e garantir um meio ambiente equilibrado. No **item 4** de pauta, foi concedida a palavra para Patrícia Karnopp, da CAJ, para apresentar o Índice de Qualidade de Águas - IQA. Patrícia cumprimenta a todos e recorda que o IQA é apresentado regularmente conforme reuniões plenárias do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca. Em seguida passa a apresentar conforme anexo SEI (8915791). O Conselheiro Anselmo corrige um dos dados da apresentação, de que os agrotóxicos encontrados se tratam de dois herbicidas, o atrazina e diuron, e

um inseticida, o clorpirifós etílico. A Presidente do Conselho aproveita a oportunidade para solicitar a palavra da representante da Companhia Águas de Joinville para comentar sobre o andamento do Programa Águas para Sempre. A Conselheira Diane Paul, da CAJ, explica que o Pagamentos por Serviços Ambientais do Programa Águas para Sempre está em andamento e que sua comissão está bem engajada nos trabalhos. Foi considerado abrir o edital do PSA no mês de março, no dia da água, mas precisou adiar para o mês de junho. Diane explica que uma das próximas ações do grupo deverá consistir em realizar uma simulação em campo em uma propriedade, portanto solicita aos Conselheiros elegíveis que considerem se inscrever nessa simulação, para tanto enviará aos Conselheiros o mapeamento da área atingida pelo Programa. A Presidente do Conselho considera que esta seria uma boa sugestão de pauta realizar uma apresentação sobre o PSA. O Conselheiro Josimar sugere que seja inserido na pauta da próxima reunião a apresentação ao Conselho sobre o Plano de Manejo do Parque Rolf Colin, que fica dentro da área da APA. Explica que o projeto desse Plano de Manejo foi contratado pela Companhia Águas de Joinville e que a equipe técnica da SAMA está trabalhando em conjunto para realizar análise e aprovação desse Plano de Manejo, também já adianta que no perceber da equipe seria ideal que esta Unidade de Conservação tenha como Conselho Gestor o próprio Conselho da APA Serra Dona Francisca. A Presidente do Conselho complementa que uma Unidade de Conservação requer a participação de um Conselho Gestor local e sugere que, ao menos provisoriamente, seria ideal a participação do Conselho Gestor da APA na produção deste Plano de Manejo do Parque Rolf Colin, apontando que recentemente o mesmo foi feito no COMDEMA para outra Unidade de Conservação. O Conselheiro Ademir adianta o questionamento de quais morros estão inseridos nesta UC, exemplificando o Morro da Tromba e o Jurapê. Esclarece que será enviado um material pela Associação Joinvilense dos Montanhistas subsidiando ações e programas naquela região e que poderiam servir e ser recepcionado pelo Plano de Manejo do Parque Rolf Colin. A Presidente do Conselho explica que daí também advém a pertinência de estabelecer o Conselho Gestor da APA como Conselho Gestor do Parque, ainda que em caráter temporário, para que este material seja entregue pelo representante da Associação como também componente do Conselho Gestor do Parque. Apontando que a legitimidade do documento fica perfeita dessa forma. A Conselheira Dione Nery Cavalcanti, da EPAGRI, se volta para o tema do PSA trazido pela representante da CAJ, entende que o Programa deve ser abertamente discutido no Conselho, principalmente por mirar a região da APA. Entende que os Conselheiros deverão estar bem informados e esclarecidos para que a comunidade e o Conselho participem ativamente deste projeto. O Conselheiro Manoel comenta que este Programa do PSA vem de três a quatro anos, sendo conversado com a população foi despertado o interesse dos agricultores locais que aguardam pelo início do Programa. Mas o Conselheiro vê preocupação em levar mais um ano para frente para dar início ao Programa, desestimulando os agricultores que pensam no futuro, portanto amplia sua preocupação para os demais temas discutidos no Conselho, de que todos eles pedem por agilidade, caso contrário dão a impressão de que nunca sairão do papel. A Presidente do Conselho agradece a contribuição e reforça os itens para a próxima pauta, citando a definição de grupo de trabalho sobre a regularização fundiária, o Programa Águas para Sempre com respectivo PSA e a apresentação da previsão de Plano de Manejo do Parque Rolf Colin para definição de seu Conselho Gestor. Por fim a Presidente do Conselho Gestor agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às vinte e uma horas, sendo extraída esta Ata e assinada pela Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, Schirlene Chegatti, após aprovação dos demais Conselheiros.

Schirlene Chegatti

Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Schirlene Chegatti, Secretário (a)**, em 08/06/2021, às 17:54, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **8915680** e o código CRC **9402082B**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

21.0.001328-3

8915680v63

8915680v63